

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Cinesystem S.A. (“Companhia”), domiciliada no Brasil, é uma sociedade anônima de capital aberto, com registro obtido junto a CVM - Comissão de Valores Mobiliários em 20 de julho de 2016, na categoria Cia. Bovespa Mais (MA), com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 266, sala 504 - Zona 1, na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

A Companhia e suas controladas (doravante denominada, o “Grupo”) têm como principais atividades a prestação de serviços de cinematografia e a revenda de mercadorias de Bomboniere. Atualmente o Grupo desenvolve essas atividades em salas próprias localizadas nos estados de Alagoas, Espírito Santo, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Rio de Janeiro.

O Grupo encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 com operações em 160 (cento e sessenta) salas próprias, versus 106 (cento e seis) salas em 2017. A evolução de salas apresentada está relacionada à abertura de 10 (dez) novas salas na cidade de Ananindeua-PA em março de 2018, de 04 (quatro) salas no Rio de Janeiro-RJ em agosto de 2018, e pela combinação de negócios com o Grupo Redecine Rio - Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A, que resultou na adição de 40 (quarenta) salas, realizada em 8 de agosto de 2018.

A combinação de negócios foi realizada com o Grupo Redecine Rio - Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A. As empresas operavam 40 (quarenta) salas com a bandeira “Cinesystem Cinemas”. As salas operavam de forma terceirizada, sendo que a Companhia Cinesystem S.A. era responsável pela gestão administrativa, de operações e de programação de tais salas.

Pela operação de combinação de negócios realizada, a partir do mês de agosto de 2018, as duas companhias: Redecine Rio Cinematográfica S.A e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A, passaram a integrar o Grupo Cinesystem.

Visando redução de processos operacionais e ganhos possíveis de sinergia, o Grupo encontra-se em fase de simplificação de sua estrutura societária, assim em 30 de novembro de 2018, através de Assembleia Geral Extraordinária, a controlada Redecine BRA Cinematográfica S.A., incorporou as seguintes empresas do Grupo: Redecine CWB Cinematográfica Ltda, Redecine CRT Cinematográfica Ltda, Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda e Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda. A incorporadora absorveu todos os bens, direitos, haveres, obrigações e reponsabilidades das incorporadas. A partir do dia 01 de dezembro de 2018, todas as operações das empresas incorporadas passaram a serem realizadas na empresa incorporadora.

No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo apresentou capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 28.835 no balanço patrimonial consolidado (R\$ 11.114 em 31.12.2017). Esse fato está relacionado, principalmente, às características da operação do Grupo, de recebimentos de recursos na maioria em dinheiro e/ou contas a receber de curto prazo, bem como um aumento no nível de endividamento necessário para realizar investimentos em novas salas na cidade do Rio de Janeiro-RJ e de Ananindeua-PA., sendo que os investimentos no novo complexo de Ananindeua estenderam-se para o ano de 2018, inaugurando em 1º de março de 2018. A geração de caixa operacional prevista para o próximo exercício equivale ao montante de aproximadamente R\$ 19.106, o que demonstra a capacidade parcial para atender aos compromissos assumidos e garantir a continuidade operacional do Grupo. A diferença de fluxo de caixa necessário para a continuidade das operações virá através de linhas de crédito já aprovadas pelos credores para suprir a necessidade de caixa da Companhia.

2 Aquisição de controlada

Em 27 de dezembro de 2017 foi celebrado o contrato de compra e venda entre os representantes da Cinesystem S.A. “adquirente” e os representantes do Grupo Redecine Rio (Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A.) “adquiridas”, o qual previa a integralização de ações das empresas do Grupo Redecine Rio e na Cinesystem S.A..

Em 08 de agosto de 2018 foi concluída a transação com a transferência de 100% das ações adquiridas conforme AGE na mesma data. A Cinesystem adquiriu 100% das ações, livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus dos acionistas originais da Redecine e da Bombocine conforme descrito no Contrato Compra e Venda. Conforme o item 5.43 da AGE de 08 de agosto de 2018, o preço estabelecido para compra da totalidade das ações foi de R\$ 9.997 por 100% das ações do Grupo Redecine Rio (Bombocine e Redecine);

Os valores acima mencionados foram pagos através da emissão de 7.432.604 (sete milhões, quatrocentos e trinta duas mil, seiscentos e quatro) ações ordinárias pelo preço de emissão de aproximadamente R\$ 1,3449 (um real e três mil quatrocentos e quarenta e nove milésimos de centavo).

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2018, foi aprovado o aumento do capital social da Cinesystem S.A. em R\$ 9.997, mediante a emissão de 7.432.604 novas ações ordinárias, sem valor nominal. Os sócios até então do Grupo Redecine Rio: Carlos Emilio Cavaliere Sartório e Luiz Cláudio Zavarize Fernandes, passaram a figurar como acionistas da Cinesystem S.A., sendo a Agroup Participações S.A. acionista comum nos dois Grupos.

Mediante a renúncia dos demais acionistas ao direito de preferência, 3.716.302 ações emitidas foram totalmente subscritas por Agroup Participações S.A, 1.858.151 ações subscritas por Carlos Emilio Cavaliere Sartório e 1.858.151 ações subscritas por Luiz Cláudio Zavarize Fernandes. Na composição final das ações, os acionistas citados passaram a deter, 44,08%, 6% e 6%, respectivamente, do capital social da Cinesystem S.A.. Conforme detalhado na nota explicativa 24, que apresenta além da movimentação citada de incorporação de ações, demais movimentações ocorridas no Capital Social da Companhia.

a. Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a controladora. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

b. Contraprestação transferida

Abaixo estão apresentados o valor justo, na data de aquisição, dos instrumentos que compõem a contraprestação transferida.

Natureza	Valor justo na data da aquisição
Instrumentos patrimoniais (7.432.604 ações ordinárias) - Nota explicativa 24 - (a)(i)	9.997
Total da contraprestação transferida	9.997

O valor justo dos instrumentos patrimoniais emitidos (ações ordinárias) foi baseado na cotação das ações da Companhia em 31 de julho de 2018 de R\$ 1,3449 por ação.

c. Custo de aquisição

A Companhia incorreu em custos relacionados à aquisição no valor de R\$ 294, referentes a honorários advocatícios e assessorias contratadas para realização de laudos necessários para a operação. Tais valores foram registrados como ‘outras despesas’ na demonstração de resultado.

d. Ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos

Abaixo estão apresentados os ativos adquiridos e os passivos assumidos na data da aquisição.

Natureza	Valor justo na data da aquisição
Caixa e equivalentes de caixa	1.759
Contas a receber de clientes	1.638
Estoques	300
Impostos a recuperar (circulante e não circulante)	2.276
Despesas antecipadas	484
Adiantamento a funcionários e fornecedores	59
Títulos e valores mobiliários (não circulante)	3.505
Imobilizado	32.415
Intangível	6.267
Fornecedores	(7.967)
Empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante)	(22.342)
Obrigações sociais a recolher (circulante e não circulante)	(934)
Impostos e contribuições a recolher (circulante e não circulante)	(366)
Impostos diferidos passivos	(3.776)
Subvenções governamentais	(10.925)
Contingências trabalhistas, fiscais e administrativas	(32)
	<hr/>
Total dos ativos identificáveis, líquido	2.361

Os ativos tangíveis e intangíveis identificados na combinação de negócios e já incluídos no quadro acima totalizaram R\$ 6.069, conforme demonstrado abaixo:

Natureza	Valor justo dos ativos identificados na data da aquisição
Ativos tangíveis	
Menos valia sobre ativo imobilizado (a)	(110)
	<hr/>
Ativos intangíveis	
Direitos readquiridos (b)	1.936
Contratos de aluguel (c)	4.243
	<hr/>
	6.069

- (a) Referem-se, substancialmente, a menos valias alocadas em máquinas e equipamentos (R\$ 110).
- (b) Como parte da transação a Cinesystem, readquiriu os direitos sobre o nome comercial “Cinesystem”. O valor foi avaliada pelo percentual sobre faturamento previsto em contrato, para um prazo de 02 (anos).
- (c) Avaliado os direitos contratuais de locação, de acordo com o prazo de vencimento de cada contrato.

e. Mensuração de valor justo

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Método *relief-from-royalty* e método *multi-period excess earnings*: o método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.

f. Ágio

O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme demonstrado abaixo:

Natureza	Valor justo na data da aquisição
Contraprestação transferida - ações ordinárias	9.997
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	<u>(2.361)</u>
Total do ágio - Nota explicativa 18 (a)	<u>7.637</u>

O ágio é atribuído principalmente às habilidades e ao talento técnico da força de trabalho da Cinesystem e às sinergias esperadas na integração da entidade ao negócio existente de papel padrão do Grupo. O ágio reconhecido não tem expectativa de ser dedutível para fins de imposto de renda e contribuição social.

3 Relação das entidades controladas

As controladas da Companhia, consolidadas nestas demonstrações financeiras são:

- Redecine LEO Cinematográfica Ltda., Redecine FLN Promoções cinematográfica Ltda., Redecine RIO Cinematográfica S.A., Redecine Litoral Cinematográfica Ltda., Redecine SLZ Cinematográfica Ltda., Redecine CRT Cinematográfica Ltda., Redecine CWB Cinematográfica Ltda., Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda., Redecine BRA Cinematográfica S.A.
- Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine RIO Comércio de Alimentos S.A., Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda. e Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A.
- CCM Participações Ltda.
- Em 30 de novembro de 2018 as empresas: Redecine CRT Cinematográfica Ltda., Redecine CWB Cinematográfica Ltda., Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda., Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela empresa Redecine BRA Cinematográfica S.A.

4 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que foram aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pelo Conselho de Administração no dia 20 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as informações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na Nota explicativa nº 8.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

5 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

6 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 34** - arrendamento: classificação e determinação se um contrato contém um arrendamento.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício a findar-se no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 15** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota explicativa nº 17** - Imobilizado (*vida útil e valor residual*);
- **Nota explicativa nº 12** - Contas a receber de clientes (*perda estimada em créditos de liquidação duvidosa*);
- **Nota explicativa nº 18** - Intangível (*ágio na combinação de negócios*); e
- **Nota explicativa nº 23** - reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

(i) **Mensuração do valor justo**

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para passivos financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Intangível	Método <i>relief-from-royalty</i> e método <i>multi-period excess earnings</i> : o método <i>relief-from-royalty</i> considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deverão ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método <i>multi-period excess earnings</i> considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios.
Empréstimos e financiamentos	Resultado Operacional Ajustado: O valor justo é determinado com base na expectativa de resultado futuro de cada complexo, trazendo tais montantes a valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados, envolvendo julgamentos sobre os resultados futuros de cada complexo no momento inicial da contratação, bem como sobre a taxa de desconto utilizada, tais estimativas são anualmente revisitadas, analisando as premissas utilizadas e possíveis alterações para as próximas projeções e tal diferença influenciará no resultado.

7 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do seguinte item material reconhecido nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

8 Principais políticas contábeis

a. Mudança nas principais políticas contábeis

O Grupo aplicou inicialmente o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018.

- **IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"**: O IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o IAS 39 (CPC 38) - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.
- Como resultado da adoção do CPC 48, a Companhia adotou as alterações consequentes ao CPC 26 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a redução ao valor recuperável dos ativos financeiros sejam apresentados em linha separada na demonstração do resultado.
- Anteriormente, a abordagem da Companhia era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em despesas com vendas. Consequentemente, a Companhia reclassificou as perdas por redução ao valor recuperável de R\$ 235, reconhecidas pelo CPC 38, de 'despesa de vendas' para 'perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber' na demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros:

(i) *Classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros*

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA (valor justo através dos resultados abrangentes) e VJR (valor justo através do resultado). A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

- O CPC 48 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros.
- A adoção da CPC 48 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a ativos e passivos financeiros, considerando que os ativos financeiros estavam classificados como “empréstimos e recebíveis” e passaram a ser classificados como “custo amortizado”. Os passivos financeiros da Companhia estão classificados ao custo amortizado, o qual não foi alterado pelo CPC 48, exceto o FSA investimento que está registrado pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) *Impairment de ativos financeiros*

O CPC 48 substitui o modelo de ‘perdas incorridas’ do CPC 38 por um modelo de ‘perdas de crédito esperadas’. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais. Nos termos do CPC 48, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que no CPC 38.

Espera-se que as perdas por redução ao valor recuperável de ativos incluídos no escopo do modelo de redução ao valor recuperável do CPC 48 aumentem e tornem-se mais voláteis. A aplicação dos requisitos de redução ao valor recuperável do CPC 48 em 1º de janeiro de 2018 levou ao reconhecimento de uma provisão adicional para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 66 em Contas a receber de clientes e outras contas a receber.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas Prospectivamente, exceto conforme descrito abaixo.

A Companhia optou por não reapresentar informações comparativas dos períodos anteriores com relação aos requisitos de classificação e mensuração (incluindo a redução ao valor recuperável), dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, mas sim do CPC 38 / IAS 39.

- **IFRS 15/CPC 47 - "Receita de Contratos com Clientes":** O IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o IAS 18 (CPC 30) - Receitas e interpretações relacionadas. O Grupo adotou o IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, no entanto essa adoção não gerou qualquer alteração nos montantes anteriormente reconhecidos como receita, dado a não relevância da alteração da norma para o Grupo. Consequentemente, as informações apresentadas para o exercício de 2017, ou informações trimestrais para aquele exercício, não foram reapresentadas e, desta forma, as informações do exercício de 2017 seguem sendo apresentadas conforme divulgado de acordo com o IAS 18 e interpretações relacionadas. As receitas são atualmente reconhecidas quando os

produtos são entregues e serviços prestados ao cliente, sendo que a obrigação de desempenho é cumprida nesse momento, conforme nota explicativa 8(d).

b. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladora são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações nas controladas Redecine CWB Cinemat. Ltda., Bombocine CWB Com de Alim. Ltda., Redecine LEO Cinemat. Ltda., Bombocine LEO Com de Alim. Ltda., Redecine FLN Cinemat. Ltda., Bombocine FLN Com de Alim. Ltda., Redecine RIO Cinemat. S.A., Bombocine RIO Com de Alim. S.A., Redecine CRT Cinemat. Ltda., Bombocine CRT Com de Alim. Ltda., Redecine Litoral Cinemat. Ltda., Bombocine Litoral Com de Alim. Ltda., Redecine SLZ Cinemat. Ltda., Bombocine SLZ Com de Alim. Ltda., Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda., Bombocine Hortolândia Com de Alim. Ltda., Redecine BRA Cinemat. S.A., Bombocine BRA Com de Alim. S.A. e CCM Participações Ltda..

Os investimentos em entidades controladas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras consolidadas incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do exercício e outros resultados abrangentes da investida.

- A equivalência patrimonial das empresas Redecine CWB Cinematográfica Ltda., Redecine CRT Cinematográfica Ltda., Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda. e Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda. foram calculadas até o dia 30.11.2018, após tal data tais empresas foram incorporadas por Redecine BRA Cinematográfica S.A..

(ii) Participação de acionistas não-controladores

O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia

na companhia investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados.

d. Receita líquida de vendas

(i) *Vendas de mercadorias - Bomboniere*

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando o cliente obtém o controle dos produtos. A receita operacional da venda destas mercadorias no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

(ii) *Prestação de serviços*

A receita com bilheteria é reconhecida no resultado com base nas movimentações de bilhetes vendidos pela internet, nas bilheterias e totens de autoatendimento de cada multiplex.

As receitas de mídia em tela são reconhecidas de acordo com as inserções de propaganda de nossos clientes realizadas durante o mês.

O total da contraprestação desses serviços é atribuída aos serviços com base em seus preços de venda individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que o Grupo utiliza para transações de venda de cada serviço separadamente.

e. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

f. Subvenções governamentais

A diferença entre o valor contratual dos empréstimos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento e o valor presente e justo, são segregados na conta de subvenções governamentais. Tal conta será apropriada linearmente ao resultado, na rubrica de outras receitas, levando em consideração os prazos contratuais de cada modalidade de dívida.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos, receitas com ganho em aplicações financeiras, descontos obtidos e receitas com subvenções governamentais.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. Os ganhos e perdas cambiais são reportados em uma base líquida.

h. Imposto de renda e contribuição social

No caso das empresas tributadas pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Para as empresas tributadas pelo lucro presumido, a base presumida para cálculo do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro são de 8% e 12% respectivamente, sobre a base presumida apurada, incidirá a alíquota do imposto de renda para o exercício corrente de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 e para a contribuição social de 9%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de fechamento das demonstrações financeiras e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Ao determinar o seu imposto de renda corrente e diferido o Grupo leva em conta o impacto das incertezas em relação à posição fiscal realizada e se impostos e juros adicionais devem ser pagos. O Grupo acredita que a provisão para imposto de renda no passivo é adequada para todos

os exercícios fiscais em andamento, com base na avaliação de diversos fatores, incluindo a interpretação da legislação tributária e experiência passada. Esta avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, que levem o Grupo a mudar o seu julgamento sobre a adequação da provisão existente, tais mudanças na provisão afetariam as despesas de imposto de renda no ano em que são feitas.

Empresas do grupo tributadas pelo regime de lucro real

- Cinesystem S.A.
- Redecine CWB Cinematográfica Ltda.
- Redecine LEO Cinematográfica Ltda.
- Redecine FLN Cinematografia Ltda.
- Redecine RIO Cinematográfica S.A.
- Redecine CRT Cinematográfica Ltda.
- Redecine Litoral Cinematográfica Ltda.
- Redecine SLZ Cinematográfica Ltda.
- Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda.
- Redecine BRA Cinematográfica S.A.

Empresas do grupo tributadas pelo regime de lucro presumido

- Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda.
- Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda.
- Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda.
- Bombocine RIO Comércio de Alimentos S.A.
- Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda.
- Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda.
- Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda.
- Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda.
- Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A.
- CCM Participações Ltda.

- Em 30 de novembro de 2018 as empresas Redecine CWB Cinematográfica Ltda., Redecine CRT Cinematográfica Ltda., Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda. e Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas por Redecine BRA Cinematográfica S.A..

i. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio ponderado.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

j. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pelo Grupo inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos na linha de ‘outras receitas e outras despesas’ pelo valor líquido da operação.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. As taxas de depreciação estão mencionadas abaixo.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 % a.a.	10 anos
Instalações	15% a.a.	7 anos
Máquinas e equipamentos	5 a 33 % a.a.	3 a 20 anos
Equipamentos de Informática	20 % a.a.	5 anos
Benfeitorias em prédios de terceiros	7 % a.a.	15 anos
Direitos readquiridos	50% a.a.	2 anos
Contratos de aluguel	12,5%	8 anos
Outros	4 % a.a.	25 anos

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas e outras despesas" na demonstração do resultado.

k. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis que compreendem os sistemas de informática (*softwares*), marcas e patentes e direito de uso comercial, que são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. A vida útil estimada para o exercício corrente e comparativo varia de 5 a 25 anos, com taxa média de amortização anual de 20,7%.

O ágio reconhecido no intangível tem origem no resultado da aquisição de combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA). O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

Os direitos readquiridos têm origem na combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA), sofrendo amortização no prazo de 02 anos.

Os direitos em contratos de aluguel têm origem na combinação de negócios, conforme determinado pelo laudo de *Purchase Price Allocation* (PPA), sofrendo amortização de acordo com o determinado em cada contrato de locação, de 2 a 8 anos.

l. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

Contas a receber de clientes e outros créditos são reconhecidos inicialmente quando emitidos. Todos os demais ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando, e apenas quando, o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

O grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso ao Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Atualmente, o Grupo possui ativos financeiros classificados a custo amortizado. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida e patrimoniais a VJORA	A Companhia não possui ativos financeiros mensurados ao VJORA.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

A Companhia classificou os ativos financeiros nas seguintes categorias:

- empréstimos e recebíveis;
- ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- ativos financeiros disponíveis para venda; e
- ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como: ativos financeiros mantidos para negociação; instrumentos derivativos de hedge; ou ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1 de janeiro de 2018

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
---------------------------------	---

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos

Ativos financeiros mantidos para venda

Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, exceto as perdas por impairment, juros e diferenças cambiais sobre os instrumentos de dívida, foram reconhecidas em ORA e acumuladas na reserva de valor justo. Quando esses ativos foram desreconhecidos, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido foram reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros é reconhecida no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, são reconhecidos pelo valor presente da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor presente da dívida, caracterizando como subvenção governamental. Nos exercícios subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo custo amortizado pela taxa efetiva.

Os empréstimos e financiamentos captados na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Investimento, são reconhecidos pelo valor justo da dívida, sendo a diferença entre o valor contratual, versus o valor justo da dívida, caracterizando como subvenção governamental. Nos exercício subsequentes, o passivo financeiro é mensurado pelo valor justo.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

O Grupo deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pelo Grupo nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Passivos financeiros

O Grupo deixa de reconhecer um passivo financeiro quando as obrigações contratuais aos fluxos de caixa do passivo expiram ou são canceladas. O Grupo também deixa de reconhecer um passivo financeiro quando os termos do contrato são modificados e os termos dos fluxos de caixa são substancialmente diferentes, nestes casos um novo passivo financeiro é reconhecido baseado nestes novos termos.

(iv) Compensação

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

m. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

n. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados a custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O Grupo considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 30 dias.

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; ou
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio, o valor recuperável é estimado todo ano.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao exercício de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste de valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado a UGC para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não maior que um segmento operacional

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

o. Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

p. Arrendamentos

(i) *Determinando quando um contrato contém um arrendamento*

No início do contrato, o Grupo determina se ele é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, o Grupo separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se o Grupo conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental do Grupo.

(ii) *Ativos arrendados*

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para o Grupo substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

(iii) *Pagamentos de arrendamentos*

Os pagamentos para arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos recebidos são reconhecidos como parte integrante das despesas totais de arrendamento, ao longo da vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados como despesas financeiras e redução do passivo a pagar. As despesas financeiras são alocadas em cada exercício durante o prazo do arrendamento visando produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

q. Demonstrações de valor adicionado

O Grupo elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

Entre as normas que ainda não estão em vigor, espera-se que o CPC 06 (R2)/IFRS 16 tenha um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo no período de aplicação inicial.

a. CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos

O Grupo deverá adotar o CPC 06(R2) / IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019.

O Grupo avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque as novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(i) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendatário

O Grupo reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais das instalações de seus cinemas e equipamentos de projeção de filmes. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

O Grupo anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

O Grupo divulgou na nota explicativa 34 informações conhecidas ou razoavelmente estimáveis relevantes para avaliar o possível impacto que a aplicação do CPC 06 (R2)/IFRS 16 terá em suas demonstrações financeiras no exercício da aplicação inicial que estavam disponíveis quando essas demonstrações financeiras foram preparadas.

Além disso, o Grupo não mais reconhecerá provisões para arrendamentos operacionais que ele avaliar como onerosos. O Grupo incluirá nas obrigações do arrendamento os pagamentos devidos nos termos do arrendamento, e reconhecerá ativos de direitos adquiridos relacionados estes contratos.

Espera-se um impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros do Grupo.

Com base nas informações atualmente disponíveis, o Grupo estima que reconhecerá obrigações adicionais de arrendamento (ativos e passivos) de R\$ 59.493 em 1º de janeiro de 2019.

(i) Arrendamentos em que o Grupo é um arrendador

O Grupo não possui contratos em que figura como arrendador.

(ii) Transição

O Grupo pretende aplicar o CPC 06(R2) / IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a abordagem retrospectiva modificada. Portanto, o efeito cumulativo da adoção do CPC 06(R2) / IFRS 16 será reconhecido como um ajuste no saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019, sem atualização das informações comparativas.

b. Outras normas

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

- IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.
- Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).
- Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto
- (Alterações no CPC 18(R2) / IAS 28).
- Alterações no Plano, Reduções ou Liquidação do Plano (Alterações no CPC 33 / IAS 19).
- Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- IFRS 17 Contratos de Seguros

10 Caixa e equivalentes de caixa

O Grupo considera como equivalentes de caixa os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata.

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Disponibilidades em moeda nacional	615	604	-	3
Bancos conta movimento	1.246	1.344	82	5
<i>Aplicações financeiras</i>				
Aplicação Banco do Brasil	-	2.194	-	-
Aplicação Banco ABC	-	183	-	183
	1.861	4.325	82	191

O volume de recursos junto às instituições financeiras corresponde a créditos que serão utilizados pela Administração no giro financeiro operacional.

O saldo de disponibilidade em moeda nacional refere-se aos saldos de caixa disponível nos cinemas.

11 Títulos e valores mobiliários

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Aplicações financeiras de longo prazo				
Aplicação Banco ABC	357	-	357	-
Aplicação Banco Itaú	3.773	2.393	-	-
Aplicação Banco Caixa Econômica Federal	1.910	-	-	-
	6.040	2.393	357	-

As aplicações financeiras estão vinculadas às operações secundárias de empréstimos e financiamentos, conforme detalhado na Nota explicativa nº 20.

As aplicações referem-se, em sua maioria, a investimentos em fundo de investimentos e em Certificado de Depósito Bancário (CDB), remunerados com base na variação da taxa dos Certificados de Depósitos Interbancários (100% a 101% CDI) e só poderão ser resgatados na finalização do contrato de empréstimo e financiamento.

12 Contas a receber de clientes e outros créditos

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Contas a receber de clientes					
Cartões de crédito e débito		3.659	2.384	-	-
Veiculação de propaganda em tela		491	585	158	581
Venda de ingressos pela internet		234	-	-	-
Venda de ingressos corporativos		383	45	169	4
Aluguel de salas, sessões fechadas e escolas		119	109	-	-
Créditos VPF-Firtual Print Fee		140	86	68	86
Outros clientes		134	47	57	48
Provisão para créditos duvidosos		(272)	(15)	(68)	(5)
Partes relacionadas	29	6	1.263	633	1.263
Provisão para devedores duvidosos	29	-	(169)	-	(169)
		4.894	4.335	1.017	1.808
Outros créditos					
Circulante					
Adiantamentos a fornecedores		314	133	127	26
Partes relacionadas	29	121	-	121	-
Adiantamentos a funcionários		29	26	18	25
Outros adiantamentos		-	10	-	-
		464	169	266	51

	Nota	Consolidado		Controladora	
		31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Não circulante					
Partes relacionadas	29	997	1.217	997	1.217
Depósitos recursais		173	220	-	-
		1.170	1.437	997	1.217
		1.634	1.606	1.263	1.268

c. Composição por vencimento das contas a receber de clientes:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<i>Aging contas a receber de clientes</i>				
Vencidos	393	833	128	799
A vencer 03 meses	4.646	3.273	277	774
A vencer 06 meses	69	249	15	245
A vencer acima de 6 meses	58	164	32	164
	5.166	4.519	452	1.982

Os valores vencidos estão representados por instituições públicas no valor de R\$ 114 e instituições privadas de R\$ 279. A Administração do Grupo constitui provisão para perdas para contas a receber vencidos há mais de 30 dias, combinada com a análise da administração sobre prováveis perdas dos créditos a vencer e vencidas nos quais são estabelecidas quando existe uma evidência objetiva de que os clientes não serão capazes de liquidar os valores devidos com os prazos originais de contas a receber. Além disso, o Grupo considera a estimativa de perdas esperadas, mensurando taxa de perda de crédito esperada calculada para cada segmento com base na condição de inadimplemento e na experiência real de perda de crédito nos últimos dois anos. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da provisão para devedores duvidosos foi de R\$ 272 (R\$ 184 em 31.12.2017).

d. Composição do contas a receber vencidos por grupo de clientes:

Vencidos	Vencidos	Vencido acima de 180 dias	Vencido de 91 a 180 dias	Vencido até 90 dias	Total
Órgãos Públicos	114	105	9	-	114
Privados	279	148	92	39	279
	393	253	101	39	393

e. Movimento de provisão para redução ao valor recuperável:

<i>Em milhares de Reais</i>	Nota	Consolidado	Controladora
Saldo em 1º de janeiro de 2017		432	425
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida		439	436
Valores de provisões baixados		(687)	(687)
Saldo em 1º de janeiro de 2018		184	174
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida		312	118
Saldo empresas adquiridas		9	-
Valores de provisões baixados		(233)	(224)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		272	68

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Resultado		
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida	(312)	(439)
Valores de provisões baixados	233	687
Perdas efetivas	(32)	(32)
	(111)	216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(346)	-
Reversão provisão crédito liquidação duvidosa	235	216
	(111)	216

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Resultado		
Provisão para redução do valor recuperável reconhecida	(118)	(436)
Valores de provisões baixados	224	687
Perdas efetivas	(12)	(9)
	94	242
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131)	-
Reversão provisão crédito liquidação duvidosa	225	242
	94	242

O saldo apresentado em 31.12.2018 de R\$ 272, refere-se à constituição de provisão de R\$ 117 para empresas públicas e R\$ 155 de empresas privadas;

No ano de 2018 foi realizado estorno de R\$ 169 de provisão de perdas com partes relacionadas, pelo processo de combinação de negócios realizado com o Grupo Redecine Rio. Demais reversões realizadas referem-se a contas a receber recebidos no exercício e que possuíam constituição de provisão.

13 Estoques (Consolidado)

O saldo de estoques é composto por mercadorias para revenda, tais como: pipocas, refrigerantes, sucos, doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes, utilizados nas bombonieres dos cinemas.

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Material de consumo (óculos 3D)	618	363
Pipocas	379	306
Refrigerantes	318	257
Doces (balas, doces, bombons)	111	79
Souvenirs	104	98
Bebidas (águas, sucos, etc.)	45	33
Brinquedos	2	4
	<u>69</u>	<u>55</u>
	<u>1.646</u>	<u>1.195</u>

A administração não tem expectativa de perdas na realização dos estoques.

14 Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
IRRF a recuperar	88	22	14	-
PIS / COFINS a compensar	6.722	4.898	-	-
IRPJ e CSLL a compensar	908	759	53	125
Outros impostos a recuperar	<u>113</u>	<u>50</u>	<u>5</u>	<u>5</u>
	<u>7.831</u>	<u>5.729</u>	<u>72</u>	<u>130</u>
 Não circulante	 5.473	 4.157	 -	 -
Circulante	<u>2.358</u>	<u>1.572</u>	<u>72</u>	<u>130</u>
	<u>7.831</u>	<u>5.729</u>	<u>72</u>	<u>130</u>

O saldo apresentado na parcela não circulante refere-se a créditos sobre ativos que serão recuperados no longo prazo considerando a apropriação conforme estabelecido nos termos da lei. O saldo apresentado na parcela circulante refere-se a créditos que serão recuperados no curto prazo em contrapartida aos impostos devidos sobre as receitas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a movimentação do saldo de PIS e COFINS a recuperar apresentou os seguintes valores:

	Consolidado		
	PIS a Recuperar	COFINS a Recuperar	Total
Crédito retidos na fonte	2	10	12
Crédito sobre aquisição de ativos	853	3.930	4.783
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	19	84	103
Em 31 de dezembro de 2017	874	4.024	4.898
Entradas			
Crédito retidos na fonte	1	2	3
Crédito sobre aquisição de ativos	433	1.995	2.428
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	1.116	5.391	6.507
	1.550	7.388	8.938
Compensações			
Crédito retidos na fonte	(3)	(12)	(15)
Crédito sobre aquisição de ativos	(141)	(653)	(794)
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	(1.081)	(5.224)	(6.305)
	(1.225)	(5.889)	(7.114)
Em 31 de dezembro de 2018	1.199	5.523	6.722

	Consolidado		
	PIS a Recuperar	COFINS a Recuperar	Total
Crédito sobre aquisição de ativos	1.145	5.272	6.417
Crédito sobre aquisições de serviços e mercadorias	54	251	305
	1.199	5.523	6.722

15 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado								Combinação de negócios
	Ativo		Passivo		Líquido		Resultado		
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018
Custos distribuição e demais despesas	1.374	926	-	-	1.374	926	147	(526)	302
Custo atribuído imobilizado	-	-	(262)	(273)	(262)	(273)	52	66	(41)
Contingências	359	342	-	-	359	342	6	121	11
Dif. depreciação fiscal e societária	-	-	(5.227)	(2.663)	(5.227)	(2.663)	(553)	(716)	(2.011)
Custo veiculação de propaganda	30	174	-	-	30	174	(205)	83	61
Provisão créditos liquidação duvidosa	89	62	-	-	89	62	23	62	4
Diferido combinação de negócios	-	-	(1.867)	-	(1.867)	-	234	-	-
Adesão ao PERT	-	-	-	-	-	-	-	760	-
	1.852	1.504	(7.356)	(2.936)	(5.504)	(1.432)	(296)	(150)	(1.674)
Diferido ativo					843	1.050			
Diferido passivo					(6.347)	(2.482)			
Líquido					(5.504)	(1.432)			

Controladora								
	Ativo		Passivo		Líquido		Resultado	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Custos distribuição e demais despesas	228	472	-	-	228	472	(244)	(285)
Contingências	324	304	-	-	324	304	20	155
Dif. depreciação fiscal e societária	-	-	(39)	(34)	(39)	(34)	(5)	(45)
Custo veiculação de propaganda	22	127	-	-	22	127	(105)	73
Provisão créditos liquidação duvidosa	22	59	-	-	22	59	(37)	59
	596	962	(39)	(34)	557	928	(371)	(43)
Diferido Ativo					557	928		
Líquido					557	928		

a. Composição dos saldos

O Grupo utiliza o regime de tributário de apuração pelo lucro real para as empresas do segmento de exibição de filmes e outras receitas e utiliza o regime tributário de apuração pelo lucro presumido para empresas do segmento de comercialização de mercadorias de Bomboniere. O Grupo calcula e registra seus impostos com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos quando há probabilidade de o lucro futuro tributável estar disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros sujeitos, portanto, a alterações.

Pelo processo de combinação de negócios realizado em 08 de agosto de 2018, os prejuízos acumulados do Grupo Redecine Rio passam a serem controlados juntamente com o das demais empresas do Grupo. O saldo dos prejuízos fiscais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 5.566 e acumulado de exercícios anteriores de R\$ 15.978.

Pelo processo de incorporação realizado em 30 de novembro de 2018, os saldos de prejuízos fiscais das empresas Redecine CWB Cinematográfica Ltda e Redecine CRT Cinematográfica Ltda. não são mais passíveis de aproveitamento, e em 2018 tal saldo era de R\$ 1.679 e acumulado de exercícios anteriores de R\$ 6.252.

As companhias com prejuízos fiscais acumulados não apresentam perspectiva de realização de lucro futuro, assim o Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos no montante de R\$ 10.320, sobre um prejuízo fiscal do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 de R\$ 30.353 e de R\$ 6.782, sobre um prejuízo fiscal do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 19.949.

Os prejuízos fiscais acumulados de todos os exercícios anteriores totalizam R\$ 109.458 até 31 de dezembro de 2018 (R\$ 69.379 em 2017), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Saldo inicial prejuízos fiscais 2017	49.430
Prejuízos fiscais do ano 2017	<u>19.949</u>
Saldo final prejuízos fiscais 2017	<u>69.379</u>
Prejuízos fiscais do ano 2018	30.353
Prejuízos fiscais - combinação de negócios	15.978
Baixa prejuízos fiscais anos anteriores - incorporação	<u>(6.252)</u>
Saldo prejuízo fiscal acumulado 2018	<u><u>109.458</u></u>

b. Conciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor atualmente sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado em 31 de dezembro de 2018 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Cálculo Lucro Presumido					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Vendas de mercadorias	32.345	32.345		31.940	31.940	-
Receitas financeiras	110	110	-	118	118	-
Base de cálculo						
Alíquota presunção vendas de mercadorias	8%	12%	-	8%	12%	-
Presunção vendas de mercadorias	2.698	3.991	-	2.673	3.951	-
Imposto de renda e contribuição social						
Alíquota	15%	9%		15%	9%	
Adicional do imposto de renda	10%	-	-	10%	-	-
Ajuste imposto em incorporação de ações	19	9		-	-	
Ajuste de impostos exercícios anteriores	12	5	-	-	-	-
Total imposto de renda e contribuição social	549	373	922	524	356	880

	Cálculo Lucro Real					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Empresas com lucro real no exercício						
Lucro antes imposto renda e cont. soc.	215	215	-	562	562	-
Depreciação societária	162	162	-	76	76	-
Provisões custos e despesas	49	49	-	(91)	(91)	-
Dif. Depreciação 12973	4	4	-	3	3	-
Adições	215	215	-	(12)	(12)	-
PIS/COFINS s/ prov. custos e despesas	(5)	(5)	-	2	2	-
Depreciação fiscal	(162)	(162)	-	(112)	(112)	-
Dif. Depreciação 12973	(28)	(28)	-	(40)	(40)	-
Exclusões	(195)	(195)	-	(150)	(150)	-
Base tributável	235	235	-	400	400	-
Alíquotas						
Imposto de renda e contribuição social	15%	9%	-	15%	9%	-
Imposto de renda adicional	10%	-	-	10%	-	-
Ajuste exercício anterior	4	-	-	(41)	-	-
Total imposto renda e contr. social	44	21	65	42	35	77

Empresas com prejuízos real no período	Cálculo Real					
	31.12.2018			31.12.2017		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Imposto de renda	Contribuição social	Total
Prejuízo antes imposto renda e cont. soc.	(20.449)	(20.449)	-	(6.582)	(6.582)	-
Equivalência patrimonial negativa	18.161	18.161	-	10.268	10.268	-
Resultado negativo AVJ e AVP	5.169	5.169	-	2.452	2.452	-
Depreciação societária	12.576	12.576	-	8.063	8.063	-
Provisões custos e despesas	569	569	-	(776)	(776)	-
Dif. Depreciação 12973	394	394	-	143	143	-
Adições	36.869	36.869	-	20.150	20.150	-
PIS/COFINS s/ prov. custos e despesas	(110)	(110)	-	36	36	-
Receitas com subvenção governamental	(7.982)	(7.982)	-	(3.072)	(3.072)	-
Depreciação fiscal	(15.582)	(15.582)	-	(10.374)	(10.374)	-
Equivalência patrimonial positiva	(23.026)	(23.026)	-	(20.007)	(20.007)	-
Reflexos - Combinação de Negócios	312	312	-	-	-	-
Dif. Depreciação 12973	(385)	(385)	-	(100)	(100)	-
Exclusões	(46.773)	(46.773)	-	(33.517)	(33.517)	-
Base tributável	(30.353)	(30.353)	-	(19.949)	(19.949)	-
Alíquotas						
Imposto de renda e contribuição social	15%	9%	-	15%	9%	-
Imposto de renda adicional	10%	-	-	10%	-	-
Ajuste exercício anterior	-	-	-	35	-	-
Total imposto renda e contr. social	-	-	-	35	-	-
Total imposto renda e contr. correntes	593	394	987	601	391	992

16 Investimentos

Nenhuma das companhias controladas tem suas ações negociadas em bolsa de valores.

a. Movimentações dos investimentos

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Investimentos em sociedades controladas	51.503	37.945
	51.503	37.945

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial	37.945	33.564
Aumento de capital em controladas	17.950	12.116
Equivalência patrimonial	4.863	9.738
Equivalência patrimonial - combinação	(453)	-
Ágio na combinação de negócios	7.637	-
Ativos e passivos líquidos identificados na combinação de negócio	2.361	-
Distribuição de lucros	(18.800)	(17.473)
Saldo final	51.503	37.945

b. Movimentação de investimento analítico

	Redecine LEO Cinemat. Ltda.	Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine FLN Promoções Cinemat. Ltda.	Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine Rio Cinemat. S.A.	Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A.	Redecine Litoral Cinemat. Ltda.	Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine SLZ Cinemat. Ltda.	Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda.
(a) Participação capital em										
(b) 31 de dezembro de 2018										
% Participação	99,9999%	99,9946%	99,99996%	99,9964%	100,000%	100,000%	99,9998%	99,999%	99,9999%	99,998%
Quantidade total de quotas:	1.671.516	36.737	5.597.354	55.881	8.337.491	9.996.852	1.168.215	145.937	2.238.085	96.001
Quantidade de quotas possuídas:	1.671.514	36.735	5.597.352	55.879	8.337.491	9.996.852	1.168.213	145.935	2.238.083	95.999
(a) Informação controladas										
(b) em 31 de dezembro de 2018										
	845	914	2.011	1.347	(8.039)	12.308	1.692	1.004	3.413	832
Capital social	2.372	37	6.510	56	10.837	9.997	1.168	146	2.238	96
Ajuste de avaliação patrimonial	121	-	118	-	75	-	84	-	-	-
Reserva de lucros a realizar	13	839	17	1.370	3	-	423	1.207	1.388	777
Resultado de exercícios anteriores	(1.034)	-	(3.726)	-	(16.609)	-	-	-	-	-
Resultado do exercício	(627)	1.038	(908)	1.921	(2.345)	2.311	417	1.651	(213)	759
Lucros recebidos de controladas	-	(1.000)	-	(2.000)	-	-	(400)	(2.000)	-	(800)
Movimentação exercício findo em 31 dezembro de 2018 e 2017										
Saldo em 31 de dezembro de 2016	858	493	3.066	1.007	-	-	1.920	926	3.635	831
Aporte de capital	400	-	164	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de lucros	-	(900)	-	(1.600)	-	-	(773)	(1.500)	-	(900)
Equivalência patrimonial do exercício	(85)	1.282	(711)	2.019	-	-	529	1.927	(10)	942
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.173	875	2.519	1.426	-	-	1.676	1.353	3.625	873
Aporte de capital	300	-	400	-	4.500	-	-	-	-	-
Patrimônio líquido 08.08.2018 - Combinação de negócio	-	-	-	-	(12.668)	11.061	-	-	-	-
Lucros recebidos de controladas	-	(1.000)	-	(2.000)	-	-	(400)	(2.000)	-	(800)
Equivalência patrimonial do exercício	(628)	1.039	(908)	1.921	129	1.248	417	1.651	(212)	759
Saldo em 31 de dezembro de 2018	845	914	2.011	1.347	(8.039)	12.309	1.693	1.004	3.413	832

Cinesystem S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018*

	Redecine CRT Cinemat. Ltda.	Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine CWB Cinemat. Ltda.	Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda.	Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda.	Redecine BRA Cinemat. Ltda.	Bombocine BRA Comércio de Alimentos Ltda.	CCM Participações Ltda.	Purchase Price Allocation (PPA)	Total
Participação capital em 31 de dezembro de 2018											
% Participação	0,000%	0,000%	0,000%	0,000%	99,99995%	99,9992%	99,99999%	99,99758%	99,99970%	0,0000%	-
Quantidade total de quotas:	-	-	-	-	4.130.036	244.218	24.013.766	82.541	670.754	-	58.485.384
Quantidade de quotas possuídas:	-	-	-	-	4.130.034	244.216	24.013.764	82.539	670.752	-	-
(b) Informação controladas em 31 de dezembro de 2018											
Capital social	-	-	-	-	795	826	15.094	7.312	-	-	40.354
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	5.880	244	49.202	83	673	-	89.539
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	-	-	-	112	-	-	-	510
Resultado de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	828	13	7.140	-	-	14.018
Resultado do exercício	-	-	-	-	(4.226)	-	(24.304)	-	(673)	-	(50.572)
Lucros recebidos de controladas	-	-	-	-	(859)	754	(9.929)	9.089	-	-	3.059
	-	-	-	-	-	(1.000)	-	(9.000)	-	-	(16.200)
Movimentação exercício findo em 31 dezembro de 2018											
Saldo em 31 de dezembro de 2016	131	388	2.853	1.223	327	1.286	7.014	7.606	-	-	33.564
Aporte de capital	500	-	851	-	1.200	-	9.001	-	-	-	12.116
Distribuição de lucros	-	(500)	-	(1.100)	-	(1.200)	-	(9.000)	-	-	(17.473)
Equivalência patrimonial do exercício	(521)	618	(368)	2.023	(423)	986	(7.087)	8.617	-	-	9.738
Saldo em 31 de dezembro de 2017	110	506	3.336	2.146	1.104	1.072	8.928	7.223	-	-	37.945
Aporte de capital	600	-	600	-	550	-	11.000	-	-	-	17.950
Ativos e passivos líq. na combinação de negócio - valor justo (PPA)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.968	2.361
Ágio na combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.637	7.637
Incorporação de empresas controladas	(147)	(438)	(2.964)	(1.517)	-	-	5.066	-	-	-	-
Lucros recebidos de controladas	-	(600)	-	(2.000)	-	(1.000)	-	(9.000)	-	-	(18.800)
Equivalência patrimonial do exercício	(563)	532	(972)	1.371	(859)	754	(9.905)	9.089	-	-	4.863
Equivalência patrimonial - combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(453)	(453)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	-	-	-	-	795	826	15.089	7.312	-	11.152	51.503

- (i) Em 30 de novembro de 2018, as empresas controladas Redecine CRT Cinematográfica Ltda., Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda., Redecine CWB Cinematográfica Ltda. e Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda. foram incorporadas pela Redecine BRA Cinematográfica S.A..

c. Informações dos investimentos nas controladas

	País	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita bruta	Resultado	% Part.
Em 31 de dezembro de 2017							
Redecine LEO Cinemat. Ltda.	Brasil	1.607	434	1.173	4.713	(85)	99,99%
Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	934	59	875	2.222	1.282	99,99%
Redecine FLN Promoções Cinemat. Ltda.	Brasil	3.391	872	2.519	6.148	(711)	99,99%
Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.538	112	1.426	3.168	2.019	99,99%
Redecine Litoral Cinemat. Ltda.	Brasil	2.275	599	1.676	7.549	529	99,99%
Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.432	79	1.353	2.976	1.927	99,99%
Redecine SLZ Cinemat. Ltda.	Brasil	7.493	3.868	3.625	10.754	(11)	99,99%
Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	928	55	873	1.634	942	99,99%
Redecine CRT Cinemat. Ltda.	Brasil	637	527	110	3.282	(521)	99,99%
Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	548	42	506	1.075	618	99,99%
Redecine CWB Cinemat. Ltda.	Brasil	4.311	975	3.336	8.512	(368)	99,99%
Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	2.267	121	2.146	3.415	2.023	99,99%
Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda.	Brasil	3.957	2.853	1.104	3.942	(423)	99,99%
Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.125	53	1.072	1.660	986	99,99%
Redecine BRA Cinemat. Ltda.	Brasil	71.231	62.303	8.928	39.078	(7.087)	99,99%
Bombocine BRA Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	7.905	682	7.223	15.790	8.618	99,99%
CCM Participações Ltda.	Brasil	-	-	-	(1)	-	99,99%
		111.579	73.634	37.945	115.917	9.738	-
	País	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita bruta	Resultado	% Part.
Em 31 de dezembro de 2018							
Redecine LEO Cinemat. Ltda.	Brasil	1.249	404	845	3.731	(628)	99,99%
Bombocine LEO Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.060	146	914	1.870	1.039	99,99%
Redecine FLN Promoções Cinemat. Ltda.	Brasil	2.970	959	2.011	5.939	(908)	99,99%
Bombocine FLN Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.464	117	1.347	3.101	1.921	99,99%
Redecine Rio Cinemat. S.A.	Brasil	37.668	45.707	(8.039)	13.761	129	100,00%
Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A.	Brasil	13.058	749	12.309	2.229	1.248	100,00%
Redecine Litoral Cinemat. Ltda.	Brasil	1.951	258	1.693	6.518	417	99,99%
Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	1.078	74	1.004	2.667	1.651	99,99%
Redecine SLZ Cinemat. Ltda.	Brasil	6.849	3.436	3.413	9.288	(212)	99,99%
Bombocine SLZ Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	905	73	832	1.399	759	99,99%
Redecine CRT Cinemat. Ltda.	Brasil	-	-	-	2.830	(563)	99,99%
Bombocine CRT Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	-	-	-	944	532	99,99%
Redecine CWB Cinemat. Ltda.	Brasil	-	-	-	6.616	(972)	99,99%
Bombocine CWB Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	-	-	-	2.472	1.371	99,99%
Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda.	Brasil	3.119	2.324	795	3.223	(859)	99,99%
Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	861	35	826	1.300	754	99,99%
Redecine BRA Cinemat. Ltda.	Brasil	89.267	74.178	15.089	42.461	(9.905)	99,99%
Bombocine BRA Comércio de Alimentos Ltda.	Brasil	7.944	632	7.312	16.363	9.089	99,99%
CCM Participações Ltda.	Brasil	-	-	-	-	-	99,99%
		169.443	129.092	40.351	126.712	4.683	-
Purchase Price Allocation (PPA)	Brasil	-	-	11.152	-	(453)	-
		-	-	51.503	-	4.410	-

17 Imobilizado

a. Composição do saldo

				Consolidado	
Rubrica	Taxa de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	31.12.2018	31.12.2017
Móveis e utensílios	10%	19.095	(7.593)	11.502	8.877
Máquinas e equipamentos	19%	47.917	(17.119)	30.798	25.384
Equipamentos de informática	20%	5.277	(3.564)	1.713	1.371
Benfeitorias em imóvel de terceiros	7%	110.133	(30.606)	79.527	53.012
Outros	4%	28	-	28	28
Adiantamento a fornecedores		2.732	-	2.732	1.325
		185.182	(58.882)	126.300	89.997

				Controladora	
Rubrica	Taxa de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	31.12.2018	31.12.2017
Móveis e utensílios	10%	193	(84)	109	113
Máquinas e equipamentos	19%	142	(61)	81	93
Equipamentos de informática	20%	400	(238)	162	91
Benfeitorias em imóvel de terceiros	7%	289	(152)	137	130
		1.024	(535)	489	427

b. Movimentação do custo e depreciação

Consolidado							
	31.12.2017	Transferência	Adições	Ativos empresa adquirida	Alienação e baixas	Depreciação	31.12.2018
Móveis e utensílios	8.877	40	1.221	2.497	-	(1.133)	11.502
Máquinas e Equipamentos	25.384	(59)	2.397	6.291	(131)	(3.084)	30.798
Equipamentos de Informática	1.371	(34)	736	258	(33)	(585)	1.713
Benfeitorias em imóvel de terceiros	53.012	53	10.064	23.368	(22)	(6.948)	79.527
Outros	28	-	-	-	-	-	28
Adiantamento a Fornecedores	1.325	-	1.407	-	-	-	2.732
	89.997	-	15.825	32.414	(186)	(11.750)	126.300

Controladora					
	31.12.2017	Adições	Alienação e baixas	Depreciação	31.12.2018
Móveis e utensílios	113	14	-	(18)	109
Máquinas e equipamentos	93	12	(11)	(13)	81
Equipamentos de informática	91	114	(2)	(41)	162
Benfeitorias em imóvel de terceiros	130	24	-	(17)	137
	427	164	(13)	(89)	489

c. Garantias

Na data das demonstrações financeiras, existiam bens do ativo imobilizado oferecidos a terceiros como garantias relacionadas aos empréstimos bancários no valor total de R\$ 6.410 (Alienação e Cessão Fiduciária, Penhor), conforme detalhado na Nota explicativa nº 20.

d. Valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

A Companhia anualmente avalia possíveis indícios de problemas com a recuperabilidade dos imobilizados de cada Unidades Geradoras de Caixas - UGCs. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Administração não identificou indicadores de que o ativo imobilizado do Grupo poderia apresentar problemas de recuperabilidade.

e. Custos e despesas com depreciação no exercício

O montante de R\$ 12.737 (R\$ 9.353 em 31.12.2017) refere-se à depreciação reconhecida no resultado do exercício, sendo o valor de R\$ 12.214 (R\$ 8.898 em 31.12.2017) referente a custo de depreciação e R\$ 523 (R\$ 455 em 31.12.2017) referente a despesas de depreciação, conforme Nota explicativa nº 26.

f. Revisão e ajuste da vida útil estimada

O Grupo periodicamente revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. Durante a última revisão não foram identificadas mudanças na política de vida útil adotada.

18 Intangível

a. Composição do saldo

Rubrica	Taxa de depreciação %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Consolidado	
				31.12.2018	31.12.2017
Direitos autorais	4%	19	(3)	16	9
Sistemas de computadores	5%	1.145	(665)	480	272
Direito de uso comercial	7%	1.532	(857)	675	759
Ágio combinação de negócios (ii)	-	7.637	-	7.637	-
Direitos readquiridos (i)	50%	1.936	(403)	1.533	-
Contratos de aluguel (i)	40% à 13,33%	4.243	(284)	3.959	-
		16.512	(2.212)	14.300	1.040

Rubrica	Taxa de depreciação %	Custo corrigido	Amortização acumulada	Controladora	
				31.12.2018	31.12.2017
Direitos autorais	4%	19	(3)	16	9
Sistemas de computadores	5%	420	(266)	154	186
		439	(269)	170	195

b. Movimentação do custo e amortização

Consolidado						
	31.12.2017	Adições	Intangíveis empresa combinada	Baixa	Amortização	31.12.2018
Direitos autorais	9	8	-	-	(1)	16
Sistemas de computadores	272	334	89	-	(215)	480
Direito de uso comercial	759	-	-	-	(84)	675
Ágio combinação de negócios (ii)	-	7.637	-	-	-	7.637
Direitos readquiridos (i)	-	1.936	-	-	(403)	1.533
Contratos de aluguel (i)	-	4.243	-	-	(284)	3.959
	1.040	14.158	89	-	(987)	14.300

Controladora				
	31.12.2017	Adições	Amortização	31.12.2018
Direitos autorais	9	8	(1)	16
Sistemas de computadores	186	46	(78)	154
	195	54	(79)	170

- (i) Refere-se, substancialmente, aos ativos intangíveis identificados na combinação de negócios decorrente da aquisição das empresas Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A.. Os direitos readquiridos estão sendo amortizados pelo prazo de 2 anos e os contratos de aluguel o prazo médio de 2,5 anos a 7,5 anos.
- (ii) Refere-se ao ágio decorrente da combinação de negócios com as empresas Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A. de R\$ 5.535, acrescido 34% de impostos diferidos incidentes sobre intangíveis de direitos readquiridos e contratos de aluguéis de R\$ 2.102, totalizando R\$ 7.637. O referido ágio baseia-se na expectativa de rentabilidade futura das operações adquiridas e economias de escala que se esperava obter por meio das combinações das operações, que não podem ser reconhecidas separadamente como um ativo intangível. O ágio por expectativa de rentabilidade futura não é mais amortizado e testes de redução ao valor recuperável anuais são realizados de acordo com as práticas contábeis existentes.

19 Fornecedores e outras contas a pagar

		Consolidado		Controladora	
	Nota	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Fornecedores e outras contas a pagar					
Fornecedores mercado interno		7.271	7.253	304	149
Partes relacionadas	29	447	147	275	147
Aluguéis		2.609	1.246	10	19
Energia elétrica		272	195	5	4
Propaganda e publicidade		-	2	-	2
Provisão distrib., veic. telas e desp. (i)		4.493	3.467	733	1.760
ECAD (<i>Escritório Central de Arrecadação e Distribuição</i>)		317	-	-	-
Outros valores a pagar		327	72	96	63
		15.736	12.382	1.423	2.144
Não circulante		1.741	2.448	-	-
Circulante		13.995	9.934	1.423	2.144
		15.736	12.382	1.423	2.144

- (i) O saldo apresentado refere-se, principalmente, a provisões de valores a serem cobrados pela distribuidora de filmes baseado na venda de ingressos, bem como pagamento de comissão para a agência intermediadora sobre vendas de mídia em tela, ambos custos ainda não faturados.

c. Composição por vencimento do contas a pagar:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<i>Aging contas a pagar</i>				
Vencidos	2.655	414	159	12
A vencer 06 meses	10.621	9.058	1.204	2.132
A vencer 07 meses a 12 meses	719	462	60	-
A vencer acima de 12 meses	1.741	2.448	-	-
	15.736	12.382	1.423	2.144

20 Empréstimos e financiamentos

Os montantes devidos, termos e prazos para cada modalidade de empréstimos são apresentados abaixo:

Modalidade	Taxas	Garantias	Consolidado	
			31.12.2018	31.12.2017
Outros empréstimos				
Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	Recebíveis e aplicação financeira	959	1.091
Capital de giro	CDI + 0,50% a.m.	Recebíveis	1.000	1.500
Capital de giro	CDI + 0,63% a.m.	Recebíveis	1.353	2.000
Capital de giro	1,35% a.m.	Aval dos acionistas (i)	688	-
Capital de giro	1,00% a.m.	Recebíveis	2.000	-
Capital de giro	1,17% a.m.	Recebíveis	2.034	-
Progerem média grande empresa	TJLP + 5,00% a.a.	Recebíveis	1.130	2.084
Progerem média grande empresa	Selic + 5,33% a.a.	Recebíveis	1.130	2.084
Recursos BNDES - FAT	1% a.a + TJLP	Recebíveis + alienação de máquinas	8.554	6.790
BNDES Procult	2,78% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	4.338	-
BNDES Recursos Próprios Indexador IPCA	9% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	1.676	-
Funcine	1% a.a + IPCA	N/A	1.574	2.100
Saldo devedor em contas correntes		N/A	380	-
Resultado Operacional Ajustado	sem juros	Aval dos acionistas (i) + recebíveis	236	-
			27.052	17.648
Fundo setorial audiovisual - Financiamento				
Fundo setorial audiovisual - Financiamento	0% a 1,0% a.a.	Recebíveis + alienação de máquinas	26.067	15.044
(-) Ajuste a valor presente			(6.633)	(4.157)
Valor presente fundo setorial audiovisual - Financiamento (a)			19.434	10.887
Fundo setorial audiovisual - Investimento				
Fundo setorial audiovisual - Investimento		Recebíveis + alienação de máquinas	47.822	29.275
(-) Ajuste a valor justo			(34.137)	(21.347)
Valor justo do fundo setorial audiovisual - Investimento (b)			13.685	7.928

Modalidade	Taxas	Garantias	Consolidado	
			31.12.2018	31.12.2017
			60.171	36.463
Não circulante			43.583	29.586
Circulante			16.588	6.877
			60.171	36.463

- (i) Acionistas: O aval aos empréstimos e financiamentos do Grupo são concedidos pelo Sr. Marcos Rocha Magalhães Barros, fundador e responsável legal pela pessoa jurídica Agroup Participações S.A., acionista da Cinesystem S.A., bem como pelo Sr. Carlos Emílio Cavaliere Sartório e Luiz Cláudio Zavarize Fernandes, antigos sócios do Grupo Redecine Rio, e atualmente acionistas da Cinesystem S.A..

Modalidade	Taxas	Garantias	Controladora	
			31.12.2018	31.12.2017
Outros empréstimos				
Capital de giro	1,00% a.m.	Recebíveis	2.000	-
Capital de giro	CDI + 0,60% a.m.	Recebíveis e aplicação financeira	959	1.091
Capital de giro	CDI + 0,50% a.m.	Recebíveis	1.000	1.500
Capital de giro	CDI + 0,63% a.m.	Recebíveis	1.353	2.000
Saldo devedor em contas correntes		N/A	49	-
			5.361	4.591
Não circulante			1.102	2.898
Circulante			4.259	1.693
			5.361	4.591

As movimentações realizadas no exercício são apresentadas abaixo:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2016	31.896	5.275
Captação de empréstimos e financiamentos	10.903	3.802
Provisão de juros	1.471	405
Pagamentos principal	(8.575)	(4.486)
Pagamentos juros	(1.196)	(405)
Ajuste a valor presente	1.235	-
Ajuste a valor justo	729	-
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	36.463	4.591
Captação de empréstimos e financiamentos	14.103	3.549
Empréstimos e financiamentos combinação negócios	22.342	-
Captação com subvenção governamental	5.924	-
Provisão de juros	1.652	890
Pagamentos principal	(13.902)	(2.779)
Pagamentos juros	(1.300)	(890)
Transferência para subvenção	(5.924)	-
Ajuste a valor presente	2.236	-
Ajuste a valor justo	(1.423)	-
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	60.171	5.361

Cronograma de vencimentos de empréstimos e financiamentos não circulantes:

Ano	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
2020	8.855	9.053	1.102	1.796
2021	6.201	4.950	-	1.102
2022	5.829	3.681	-	-
2023	4.340	3.321	-	-
2024 a 2031	18.358	8.581	-	-
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
Total	43.583	29.586	1.102	2.898

Garantias

Os empréstimos bancários do Grupo estão garantidos por aval dos acionistas, por máquinas e equipamentos no valor contábil de R\$ 6.410, conforme Nota explicativa nº 17, títulos e valores mobiliários no montante de R\$ 6.040, conforme Nota explicativa nº 11.

Compromissos (“covenants”)

Nos contratos celebrados junto ao BNDES, o Grupo dentre as obrigações existentes, as com maior relevância são:

- Apresentar demonstrações financeiras auditadas anualmente;
- Não contratar, durante a vigência dos contratos, sem prévia anuência do BNDES, qualquer endividamento oneroso;

- Compor as “Contas Reservas do Serviço da Dívida do BNDES” com respectivos saldos mínimos, apresentados nestas demonstrações financeiras na conta denominada títulos e valores mobiliários não circulantes, conforme Nota Explicativa nº 11;
- Não ceder, alienar, onerar, caucionar, ou por qualquer modo negociar ou vincular em favor de credor a receita do Grupo, salvo autorizado pelo BNDES;
- Não distribuir dividendos superiores ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do lucro líquido do exercício social anterior.

Todas as obrigações acima citadas estão sendo totalmente cumpridas pelo Grupo.

Ajuste a valor presente e valor justo

- (a) Os recursos recebidos pelo Grupo na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento, com taxa de juros zero e 1% a.a., estão apresentados nesta nota a valor presente, sendo que para determinação do valor presente foi utilizada a taxa de juros de 11,36% a.a. A diferença entre o valor contratual e o valor presente dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme Nota explicativa nº 21.
- (b) Os recursos recebidos na modalidade Fundo Setorial Audiovisual Investimento possuem características diferenciadas em relação aos demais empréstimos, a amortização somente ocorrerá se o retorno do complexo (ROA-Resultado Operacional Ajustado) for positivo, sendo o cálculo anual, com prazo de investimento de 15 anos, exercício da assinatura do contrato e o vencimento da última parcela.

Tal valor encontra-se apresentado pelo valor justo, mensurando a expectativa de rentabilidade futura de cada complexo, atendendo ao exposto no CPC 48. A diferença entre o valor contratual e o valor justo dos empréstimos e financiamentos está sendo tratado como subvenções governamentais, conforme Nota explicativa nº 21.

21 Subvenções governamentais

De acordo com as características dos empréstimos e financiamentos na modalidade de Fundo Setorial Audiovisual Financiamento e Investimento, o Grupo aplica o CPC 07, onde benefícios econômicos oriundos de empréstimos governamentais, com taxas de juros abaixo da praticada pelo mercado devem ser tratados como subvenções governamentais. A diferença entre o valor justo e presente, versus o montante recebido, deve ser tratada como receita diferida e amortizada linearmente pelo prazo do contrato.

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Financiamento	10.738	6.032
Vinculadas ao Fundo Setorial Audiovisual - Investimento	25.707	17.844
	36.445	23.876
Não circulante	31.626	21.291
Circulante	4.819	2.585
	36.445	23.876

As movimentações das subvenções governamentais estão demonstradas a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>26.461</u>
Apropriação ao resultado	<u>(2.585)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>23.876</u>
Novas liberações	5.924
Subvenção combinação de negócios	10.925
Apropriação ao resultado	<u>(4.280)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>36.445</u>

22 Obrigações sociais

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Salários a pagar	1.022	600	392	222
Pensão alimentícia a pagar	9	5	5	5
INSS a recolher	457	295	162	107
FGTS a recolher	130	89	35	25
Provisão de férias e encargos	1.589	1.118	491	408
Outras obrigações com empregados	<u>223</u>	<u>128</u>	<u>181</u>	<u>99</u>
	<u>3.430</u>	<u>2.235</u>	<u>1.266</u>	<u>866</u>

23 Provisão para contingências (Consolidado)

O Grupo é parte envolvida em ações cíveis, trabalhistas e tributárias, em andamento, e quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas prováveis, bem como as de risco de perda possível decorrentes desses processos, são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos, apresentando os seguintes passivos:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Trabalhista	77	110
Tributário	953	895
Cível e administrativo	<u>26</u>	<u>3</u>
Total provável	<u>1.056</u>	<u>1.008</u>
Trabalhista	51	47
Tributário	165	105
Cível e administrativo	<u>33</u>	<u>35</u>
Total possível	<u>249</u>	<u>187</u>

A movimentação das provisões de perda provável está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.034
Adições	47
Baixas	(153)
Atualização monetária	80
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.008
Adições	50
Contingência empresas adquiridas	32
Baixas	(91)
Atualização monetária	57
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.056

24 Capital social e reservas

a. Capital social

Em 08 de agosto de 2018, a Agroup Participações S.A. “Agroup”, acionista da Companhia, alienou (i) 463.682 (quatrocentos e sessenta e três mil, seiscentas e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 2,39% do capital social da Companhia e de sua titularidade à Hamilton Lane Fundo de Investimento em Participações - Co-Investimento, também acionista da Companhia pelo montante de R\$ 750; (ii) 231.841 (duzentos e trinta e um mil, oitocentas e quarenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 1,19% do capital social da Companhia e de sua titularidade a Homero Frederico Icaza Figner, também acionista da Companhia, pelo montante de R\$ 375; e (iii) 2.086.571 (dois milhões, oitenta e seis mil, quinhentas e setenta e uma) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, representativas de 10,75% do capital social da Companhia e de sua titularidade à Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações, acionista da Companhia, pelo montante de R\$ 3.375.

Em 08 de agosto de 2018, em AGE realizada, foi aprovado um aumento de capital na Companhia, no valor de R\$ 9.997, mediante a emissão de 7.432.604 ações, as quais foram integralmente subscritas pelo Sr. Luiz Cláudio Zavarize Fernandes (1.858.151 ações), pelo Sr. Carlos Emílio Cavaliere Sartório (1.858.151 ações) e pela Agroup (3.716.302 ações), através de incorporação de ações das empresas Redecine Rio Cinematográfica S.A. e Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A..

Cinesystem S.A.
*Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em 31 de dezembro de 2018*

	Saldo anterior			Venda de ações		Combinação de negócios - Grupo Redecine Rio				
	31.12.2017			08.08.2018		08.08.2018				
Acionista	Nº Ações	Valor das Ações	% Cap. Soc.	Nº Ações Operação	Valor Operação	Nº Ações Operação	Valor Operação	Nº Ações Totais	Valor Ações Totais	% Cap. Soc.
Agroun Participações S.A.	8.598.133	8.598	44,28%	(2.782.094)	(4.500)	3.716.302	4.998	9.532.341	9.097	35,50%
Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações	8.114.634	25.915	41,79%	2.086.571	3.375	-	-	10.201.205	29.290	37,99%
Hamilton Lane Fundo de Investimento em Participações	1.803.251	5.759	9,29%	463.682	750	-	-	2.266.933	6.509	8,44%
Homero Frederico Icaza Figner	901.626	2.879	4,64%	231.841	375	-	-	1.133.467	3.254	4,22%
	19.417.644	43.152	100,00%	-	-	3.716.302	4.998	23.133.946	48.150	86,16%
Novos sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Cláudio Zavarize Fernandes	-	-	-	-	-	1.858.151	2.499	1.858.151	2.499	6,92%
Carlos Emilio Cavaliere Sartório	-	-	-	-	-	1.858.151	2.499	1.858.151	2.499	6,92%
	-	-	-	-	-	3.716.302	4.998	3.716.302	4.998	13,84%
Total	19.417.644	43.152	100%	-	-	7.432.604	9.997	26.850.248	53.149	100%

Em 10 de setembro de 2018, foi aprovado um aumento de capital na Companhia, no valor de R\$ 4.500, mediante a emissão de 4.118.815 ações, as quais foram integralmente subscritas pela “Agroun”, em moeda corrente no país.

	Integralização de capital					Saldo Final		
	10.09.2018					31.12.2018		
Acionista	Nº Ações Operação	Valor Operação	Nº Ações	Valor Ações Totais	% Cap. Soc.	Nº Ações	Valor Ações Totais	% Cap. Soc.
AGROUP Participações S.A.	4.118.815	4.500	13.651.156	18.097	44,08%	13.651.156	18.097	44,08%
Stratus SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações	-	-	10.201.205	25.915	32,94%	10.201.205	25.915	32,94%
Hamilton Lane Fundo de Investimento em Participações	-	-	2.266.933	5.759	7,32%	2.266.933	5.759	7,32%
Homero Frederico Icaza Figner	-	-	1.133.467	2.879	3,66%	1.133.467	2.879	3,66%
	4.118.815	4.500	27.252.761	52.650	88,00%	27.252.761	52.650	88,00%
Novos Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-
Luiz Cláudio Zavarize Fernandes	-	-	1.858.151	2.499	6,00%	1.858.151	2.499	6,00%
Carlos Emilio Cavaliere Sartório	-	-	1.858.151	2.499	6,00%	1.858.151	2.499	6,00%
	-	-	3.716.302	4.998	12,00%	3.716.302	4.998	12,00%
Total	4.118.815	4.500	30.969.063	57.649	100%	30.969.063	57.649	100%

b. Reserva de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social subscrito e integralizado, e tem como finalidade, assegurar a integridade do capital social. A reserva poderá ser utilizada para o aumento do capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

De acordo com o Estatuto da Companhia, no exercício em que o saldo de reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital, que trata o artigo 182, da lei 6.404/76, exceder 30% (trinta por cento), do capital, subscrito e integralizado, não será obrigatório a destinação de parte do lucro líquido do exercício para reserva legal.

Reserva de retenção de lucros

Constituída de acordo com o previsto no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, os órgãos da Administração propõem a retenção de parte dos lucros acumulados.

Reserva de incentivos de fiscais

Constituída de acordo com o previsto no artigo art. 30 da Lei nº 12.973/2014, as subvenções para investimento, inclusive mediante isenção ou redução de impostos, concedidas como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos e as doações feitas pelo poder público não serão computadas na determinação do lucro real, desde que seja registrada em reserva de lucros.

a. Dividendos

O Acordo de Acionistas da Companhia prevê que, a partir do exercício de 2015, a Companhia poderá efetuar distribuição de lucros, sendo que 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido poderá ser destinado para pagamento de dividendos mínimos obrigatórios. O montante a distribuir deverá ser deliberado em Assembleia Geral, bem como deverá levar em consideração a legislação aplicável.

b. Ajuste avaliação patrimonial

Diferença entre o valor pago na aquisição de participação de não controladores e o valor contábil da participação adicional, no valor total de R\$ 6.712, conforme demonstrado no quadro abaixo:

	31.12.2018	31.12.2017
Redecine FLN Cinemat. Ltda.	(1.979)	(1.979)
Bombocine FLN Com de Alim. Ltda.	(12)	(12)
Redecine CRT Cinemat. Ltda.	(1.419)	(1.419)
Redecine CWB Cinemat. Ltda.	(143)	(143)
Bombocine CRT Com. De Alimentos Ltda.	(11)	(11)
Redecine Litoral Cinemat. Ltda.	(2.293)	(2.293)
Redecine SLZ Cinematográfica Ltda.	(855)	(855)
	<u>(6.712)</u>	<u>(6.712)</u>

O valor referente à reserva de reavaliação existente até 31 de dezembro de 2010 e custo atribuído aos bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado na Nota explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2018 é R\$ 511, (R\$ 530 em 31.12.2017).

25 Receita líquida de vendas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Venda de produto e serviços				
Receita com venda de ingressos	84.495	80.002	-	-
Receita com veiculação de propaganda	2.089	2.499	756	2.365
Receita com aluguel de salas para eventos	454	334	3	-
Receita ingressos corporativos e verbas filmes	2.255	886	951	279
Receita ingressos escolas, sessões fechadas	2.838	1.078	-	-
Vendas de mercadorias - Bomboniere	36.292	33.886	-	-
Outras receitas operacionais	412	316	412	440
	128.835	119.001	2.122	3.084
Deduções sobre vendas				
ICMS	(980)	(843)	-	-
PIS	(1.687)	(1.541)	(35)	(51)
COFINS	(7.774)	(7.098)	(161)	(234)
ISS	(4.025)	(3.776)	(48)	(84)
Cancelamento de vendas	(4)	(20)	-	-
	(14.470)	(13.278)	(244)	(369)
	114.365	105.723	1.878	2.715

26 Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
<i>Custos com vendas</i>				
Custos com venda de mercadorias - Bomboniere	8.611	7.930	-	-
Custo com exibição de filmes e veiculação de propagandas	38.509	36.775	169	871
Custos com pessoal	8.597	7.228	2	-
Custos com manutenção de salas	3.232	2.491	-	-
Custos de ocupação	14.606	11.543	-	-
Custos com água e energia elétrica	6.633	4.837	-	-
Depreciações e amortizações	12.214	8.898	-	-
(-) Outros créditos	(20)	(20)	-	-
<i>Despesas com vendas</i>				
Taxa de administração de cartões	1.037	901	-	-
Material suporte ao ponto de venda e promocional	33	9	6	9
Mídias	765	553	95	76
Assessorias de marketing	479	526	235	295
Outras despesas com vendas	201	183	137	97
<i>Despesas gerais e administrativas</i>				
Despesas com pessoal	16.065	14.060	8.100	8.039
Despesas com manutenção	746	549	27	27
Despesas com ocupação	915	900	266	303

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Despesas com assessorias	2.666	2.468	1.073	1.052
Despesas com viagens e estadias	1.305	962	958	642
Despesas com depreciação e amortização	523	455	169	148
Despesas com mat. de limpeza e escritório	438	426	5	6
Despesas tributárias	380	412	175	162
Outras despesas administrativas	1.693	1.555	295	382
(-) Reembolso de despesas administrativas	(1.246)	(2.142)	(1.246)	(2.142)
	118.382	101.499	10.466	9.967
Custos das vendas e serviços prestados	92.382	79.682	171	871
Despesas com vendas	2.515	2.172	473	477
Despesas administrativas	23.485	19.645	9.822	8.619
	118.382	101.499	10.466	9.967

27 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Subvenções governamentais	4.280	2.585	-	-
Outras	20	27	-	14
	4.300	2.612	-	14

b. Outras despesas

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Resultado na venda de ativo imobilizado	(78)	(136)	(10)	-
Despesas asses. e est. viabilidade investimentos	(334)	-	(251)	-
	(412)	(136)	(261)	-

28 Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Tarifas bancárias	(539)	(397)	(47)	(25)
Juros passivos	(2.999)	(1.856)	(764)	(487)
IOF	(143)	(191)	(54)	(96)
Multas por atraso no recolhimento impostos	-	-	-	-
Descontos concedidos	(176)	-	(174)	-
Resultado negativo ajuste a valor presente	(2.236)	(1.235)	-	-
Resultado negativo ajuste a valor justo	(3.845)	(1.216)	-	-
Outras despesas financeiras	(101)	(294)	1	(30)
Total das despesas financeiras	(10.039)	(5.189)	(1.038)	(638)
Descontos recebidos	186	498	1	5
Rendimentos com aplicações financeiras	364	490	33	182
Juros ativos	34	186	11	148
Resultado positivo ajuste a valor justo	5.268	487	-	-
Outras receitas financeiras	1	150	-	-
Total das receitas financeiras	5.853	1.811	45	335
Resultado financeiro líquido	(4.186)	(3.378)	(993)	(303)

29 Partes relacionadas

A Cinesystem S.A. tem em sua base de negócios, 160 (cento e sessenta) salas de cinemas próprias. Delas, sendo que 40 (quarenta) salas eram anteriormente operadas de forma terceirizada pelo Grupo Redecine Rio, que em 08 de agosto de 2018, através de combinação de negócios, passaram a integrar o Grupo Cinesystem.

Abaixo demonstramos o resumo das transações com partes relacionadas:

	Notas	Natureza da Operação	Consolidado		Controladora	
			31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativo						
Contas a receber (a)		Comercial ¹				
Contas a receber diretores		Comercial ¹	6	-	6	-
Grupo Redecine Rio		Comercial ¹	-	1.263	-	1.263
(-) Provisão para créditos duvidosos		Comercial ¹	-	(169)	-	(169)
Total contas a receber	12		6	1.094	6	1.094
Adiantamento Redecine Rio		Comercial ¹	121	-	121	-
Total outros créditos	12		121	-	121	-
Conta corrente acionistas (c)						

	Notas	Natureza da Operação	Consolidado		Controladora	
			31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Agrouop Participação S.A.		Financeiro ²	31	31	31	31
Marcos Rocha Magalhães Barros		Financeiro ²	898	1.055	898	1.055
Liviomar Macatrão Pires Costa		Financeiro ²	68	78	68	78
Eduardo Augusto Vaz Pinto de Souza		Financeiro ²	-	53	-	53
Total outros créditos	12		997	1.217	997	1.217
Passivo						
Núcleo de Prest. Serv. Adm. Ltda		Comercial ¹	133	140	133	140
Reembolsos de viagens diretores		Comercial ¹	14	6	14	6
Eduardo Augusto Vaz Pinto de Souza		Financeiro ²	73	-	73	-
Marcos Rocha Magalhães Barros		Financeiro ²	140	-	54	-
Carlos Emilio Cavaliere Sartório		Financeiro ²	43	-	-	-
Luiz Cláudio Zavarize Fernandes Zavarize Fernandes		Financeiro ²	43	-	-	-
Maestro Locadora de Veículos S.A.		Comercial ¹	1	1	1	1
Total fornecedores	19		447	147	275	147
Créditos partes relacionadas - intercompany (a)	12	Financeiro ²	-	-	627	-
Débitos partes relacionadas - caixa único (b)		Financeiro ²	-	-	5.681	2.366
Resultado						
Reembolso de despesas (a)						
Grupo Redecine Rio		Comercial ¹	1.246	2.142	1.246	2.142
Total em despesas por natureza	26		1.246	2.142	1.246	2.142
Locação de veículos (d)						
Maestro Frotas		Comercial ¹	26	28	26	28
Total em despesas por natureza	26		26	28	26	28

(1) Comercial: Transações comerciais, referentes ao curso normal do negócio das empresas envolvidas

(2) Financeiro: Operações de conta corrente e caixa único e valores a receber de acionistas

(a) O saldo apresentado em 31.12.2017, referem-se a contrato de serviços, que envolve funções administrativas e de gestão das operações mediante a o reembolso mensal de despesas equivalentes a 3,3% sobre a receita bruta do Grupo Redecine Rio, em 08 de agosto de 2018, as salas operadas de forma terceirizada pela Grupo Redecine Rio passou por combinação de negócios, fazendo parte a partir de então do Grupo Cinesystem.

- (b) Em 1º. de setembro de 2018, a Cinesystem S.A. celebrou contrato de caixa único com suas controladas, que por ser a holding das empresas do Grupo, é a responsável pelo gerenciamento da tesouraria das demais empresas controladas, de forma a melhorar a capacidade de gestão de recursos financeiros disponíveis.
- (c) Os montantes referem-se a valores a receber dos acionistas Marcos Rocha Magalhães Barros, Eduardo Augusto Vaz Pinto e Liviomar Macatrão Pires Costa, substancialmente compostos por saldos que foram pagos ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (R\$ 1.497) referentes ao acordo firmado de ressarcimento, bem como o reembolso parcial de gastos (advogados e auditorias (*due diligence*)) na transação de captação de investidor (R\$ 996), reembolso de juros e multas de atraso de impostos (R\$ 167), outros reembolsos (R\$ 55). Dos montantes apresentados, os acionistas liquidaram até o momento R\$ 1.718. Os créditos gerados relativos *VPF Virtual Print Fee*, que é um subsídio pago pelo estúdio/distribuidor aos exibidores pelo processo de digitalização de salas de cinema, conforme definido no acordo de acionistas, são utilizados para liquidação de tais contas a receber de acionistas, caso os créditos sejam superiores, ficarão pendentes como valores a pagar pela Companhia aos acionistas.
- (d) Os valores apresentados referem-se a serviços contratados de locação de veículos para diretoria, junto a Maestro Locadora de Veículos S.A., empresa investida pelo acionista SCP Brasil Fundo de Investimento em Participações, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o montante era de (R\$ 26), no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 28).

O saldo apresentado na controladora e eliminado nas demonstrações financeiras consolidadas está distribuído da seguinte forma:

Conta Corrente Controladora

Débitos (créditos) com partes relacionadas - caixa único

	Controladora	
Empresa do Grupo	31.12.2018	31.12.2017
Bombocine BRA Comércio de Alimentos S.A.	4.586	3.667
Bombocine CRT Comércio De Alimentos Ltda	339	424
Bombocine CWB Comércio De Alimentos Ltda	1.313	1.804
Bombocine FLN Comércio De Alimentos Ltda	1.183	1.106
Bombocine Hortolândia Comércio de Alimentos Ltda	516	654
Bombocine LEO Comércio De Alimentos Ltda	939	759
Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda	860	1.128
Bombocine Rio Comércio de Alimentos S.A.	498	-
Bombocine SLZ Comércio De Alimentos Ltda	682	633
CCM Participações Ltda	-	(1)
Redecine BRA Cinematográfica S.A.	(4.309)	(9.033)
Redecine CRT Cinematográfica Ltda	(300)	(422)
Redecine CWB Cinematográfica Ltda	(439)	(462)
Redecine FLN Promoções Cinematografia Ltda	(147)	(229)
Redecine Hortolândia Cinematográfica Ltda	(397)	(165)
Redecine LEO Cinematográfica Ltda	(431)	(336)
Redecine Litoral Cinematográfica Ltda	564	902
Redecine Rio Cinematográfica S.A.	(1.653)	-
Redecine SLZ Cinematográfica Ltda	1.877	1.937
	5.681	2.366

As transações comerciais e financeiras entre essas entidades são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Essas operações, devido às suas características específicas, não são comparáveis com operações semelhantes com partes não relacionadas.

Todas as transações entre a Companhia e suas controladas foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

30 Remuneração global da Administração

A Administração das empresas do Grupo Cinesystem, conforme estabelecido em seu Estatuto Social, é estruturada por um Conselho de Administração e uma Diretoria. A diretoria estatutária é composta por 08 (oito) cargos: Presidência; Diretoria Financeira; Diretoria de Superintendência; Diretoria de Controladoria; Diretoria Relação com Investidores; Diretoria de Expansão; Diretoria de Operações; e Diretoria Comercial. Os diretores e um dos membros do Conselho de Administração (Conselheiro Independente), são remunerados em bases correntes mensais, sendo que a administração é realizada de forma centralizada, respondendo por todas as empresas do Grupo.

Em 19 de abril de 2018, os acionistas aprovaram em Assembleia Geral Ordinária, a remuneração global anual da administração no montante de R\$ 4.500 para o exercício de 2018.

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o Grupo reconheceu, a título de remuneração global da administração (pró-labore, plano de saúde, seguro e outros), o montante de R\$ 2.800 (R\$ 3.601 no ano de 2017). No ano de 2018 não houve pagamento de bônus aos diretores da Companhia.

31 Lucro (prejuízo) por ação

a. Lucro (prejuízo) básico por ação

O cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação foi baseado no lucro líquido (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias.

	Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(5.709)	2.396
Média ponderada de número de Ações Ordinárias	23.888	19.418
Resultado básico por ação	(0,24)	0,12
(Prejuízo) Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da Companhia	(5.709)	2.396
Média ponderada de número de Ações Ordinárias	23.888	19.418
Resultado diluído por ação	(0,24)	0,12

b. Movimentação de ações no exercício

Data	Descrição do evento	Ações emitidas	Ações em poder dos acionistas	Média Ponderada
1º de janeiro de 2018	Saldo início do exercício	19.417.644	19.417.644	19.417.644
08 de agosto de 2018	Emissão ações na combinação de negócios	7.432.604	26.850.248	3.096.918
10 de setembro de 2018	Emissão ações em dinheiro	4.118.815	30.969.063	1.372.938
31 de dezembro de 2018	Saldo final do exercício	30.969.063	30.969.063	23.887.501

32 Informações por segmento

Nos três principais segmentos de receitas que o Grupo opera, são as seguintes principais espécies de receitas: a) Bomboniere (pipocas, refrigerantes, doces); b) serviços de exibição cinematográfica; c) outras receitas, que incluem a veiculação de propagandas em tela e de aluguéis de salas para eventos. Os segmentos, apesar da direta dependência, são analisados de forma separada pela Administração, com base na receita líquida, descontados apenas dos custos diretos dos segmentos (custo com venda de mercadorias, custos com exibição de filmes e propaganda).

	Bomboniere		Ingressos		Outras Receitas		Total	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Receita líquida do segmento reportável	34.411	32.277	72.953	69.001	7.001	4.445	114.365	105.723
Custos diretos por segmento	(8.611)	(7.930)	(38.509)	(35.786)	-	(989)	(47.120)	(44.705)
Custo do segmento reportável	(8.611)	(7.930)	(38.509)	(35.786)	-	(989)	(47.120)	(44.705)
Lucro bruto do segmento reportável	25.800	24.347	34.444	33.215	7.001	3.456	67.245	61.018
Custos com pessoal	-	-	-	-	-	-	(8.597)	(7.228)
Custos com manutenção de salas	-	-	-	-	-	-	(3.232)	(2.491)
Custos de ocupação	-	-	-	-	-	-	(14.606)	(11.543)
Custos com água e energia elétrica	-	-	-	-	-	-	(6.633)	(4.837)
Depreciações e amortizações	-	-	-	-	-	-	(12.213)	(8.898)
(-) Outros créditos	-	-	-	-	-	-	19	20
Custos indiretos não mensuráveis por segmento	-	-	-	-	-	-	(45.262)	(34.977)
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-	21.983	26.041

33 Instrumentos financeiros

a. Fatores de risco financeiro

Os negócios, resultados operacionais, situação financeira e perspectivas do Grupo poderão ser prejudicados, entre outros, pelos seguintes fatores: a) dependência da produção e da qualidade dos filmes exibidos; b) resultados variam de exercício para exercício de acordo com a concentração de lançamentos de filmes; c) interrupções, falhas e falta de aprimoramento de sistemas de vendas; d) concorrência de outros operadores nos mercados onde atuamos; e) propagação de canais de exibição de filmes; f) competição proveniente de outros setores de entretenimento; g) desempenho e atratividade do shopping center onde estamos localizados; h) pirataria de filmes que exibimos; i) crise no fornecimento de energia elétrica.

O Grupo não possui uma política formalizada de gerenciamento de risco. No entanto, possui diretrizes internas que norteiam a gestão dos riscos identificados. O Grupo entende que os riscos indicados não são relevantes a ponto de exigir uma política formalizada, caso esse cenário seja alterado, o Grupo se adequará às novas circunstâncias.

b. Risco de liquidez

É um risco para o Grupo não dispor de recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao exercício remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados.

	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2018	31.994	18.255	14.672	42.200
Empréstimos e financiamentos	17.399	17.548	13.638	42.200
Fornecedores	13.995	707	1.034	-
Em 31 de dezembro de 2017	17.794	16.037	9.029	20.931
Empréstimos e financiamentos	7.860	14.622	7.996	20.931
Fornecedores	9.934	1.415	1.033	-

c. Análise de sensibilidade

Os empréstimos e financiamentos do Grupo são afetados pela variação nas taxas de juros, tais como: TJLP, IPCA, Selic e CDI.

Na análise são considerados três cenários, sendo o provável o adotado atualmente pelo Grupo, com os níveis de mercado vigentes na data do encerramento do balanço e outros dois cenários, o cenário I, considerando 10% de incremento nas taxas de juros e o cenário II, 20% de incremento.

			Consolidado		
			31.12.2018		
Operação	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	(213)	(234)	(255)
Funcine	IPCA	Aumento do IPCA	(58)	(64)	(70)
Recursos BNDES - FAT	TJLP	Aumento do TJLP	(601)	(661)	(722)
Progerem média grande empresa	TJLP	Aumento do TJLP	(79)	(87)	(95)
Progerem média grande empresa	Selic	Aumento do Selic	(71)	(78)	(85)
			(1.022)	(1.124)	(1.227)
			Controladora		
Operação	Indexador	Risco	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
Capital de giro	CDI	Aumento do CDI	(213)	(234)	(255)
			(213)	(234)	(255)

d. Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 podem ser assim sumarizados:

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Total de empréstimos e financiamentos bancários	60.171	36.463
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(1.861)	(4.325)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(6.040)	(2.393)
Dívida líquida	52.270	29.745
Total do patrimônio líquido	40.884	32.096
Total do capital	93.154	61.841
Índice de alavancagem financeira (i)	56%	48%

- (i) O aumento da alavancagem financeira do Grupo é decorrente principalmente de empréstimos realizados para investimentos em novo cinema na cidade de Ananindeua-PA., e combinação de negócios com o Grupo Redecine Rio.

e. Estimativas do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justo.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2).
- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

Consolidado				
31.12.2018				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	13.685	13.685
Total do Passivo	-	-	13.685	13.685

Consolidado				
31.12.2017				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Passivos				
Passivos financeiros ao valor justo por meio de resultado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	7.928	7.928
Total do Passivo	-	-	7.928	7.928

O Grupo não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo nos níveis 1 e 2. Não houve transferência entre os Níveis durante o exercício.

Instrumentos financeiros - Nível 3

A tabela abaixo apresenta as mudanças nos instrumentos de Nível 3 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

Consolidado		
	31.12.2018	31.12.2017
Saldo inicial	7.928	7.294
Saldos combinação de negócios	4.577	-
Captações de empréstimos e financiamentos ao valor justo	3.471	-
Redução por pagamento	(868)	(95)
Ganhos e perdas reconhecidos no resultado	(1.423)	729
Saldo final	13.685	7.928
Total de ganhos (perdas) no exercício incluídos no resultado	1.423	(729)

f. Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Ativos, conforme balanço patrimonial				
<i>Custo amortizado</i>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.861	4.325	82	191
Títulos e valores mobiliários	6.040	2.393	357	-
Contas a receber de clientes	4.894	4.335	1.017	1.808
Outros créditos	1.634	1.606	1.263	1.268
	Consolidado		Controladora	
	31.12.2018	31.12.2017	31.12.2018	31.12.2017
Passivos, conforme balanço patrimonial				
<i>Custo amortizado</i>				
Fornecedores	15.736	12.382	1.423	2.144
Empréstimos e financiamentos	46.486	28.535	5.361	4.591
Partes relacionadas (nota 29)	-	-	5.681	2.366
<i>Valor justo por meio de resultado</i>				
Empréstimos e financiamentos	13.685	7.928	-	-

g. Qualidade do crédito dos ativos financeiros - Consolidado

A qualidade dos créditos dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (*Standard & Poor's*):

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Conta-corrente e depósitos bancários		
De curto		
B	1.124	3.719
BB	-	-
Sem classificação	123	2
	1.247	3.721
Contas a receber e outros créditos		
De curto		
EE	3.659	2.384
Sem classificação	1.971	2.304
	5.630	4.688
Contas a receber e outros créditos		
De longo prazo		
Sem classificação	1.170	1.437
	1.170	1.437
Títulos e valores mobiliários		
De longo prazo		
BB-	6.040	2.393
	6.040	2.393
	14.087	12.239

34 Compromissos com locação de espaços comerciais

O Grupo arrenda espaços junto a shoppings para instalação de salas de exibição cinematográfica e comercialização de produtos de bomboniere. Os contratos de arrendamento são de cinco, dez e quinze anos, e a maioria é renovável no término do exercício de locação à taxa de mercado. As despesas com arrendamento debitadas na demonstração do resultado, durante o exercício, estão divulgadas na Nota explicativa nº 26.

O pagamento de arrendamento é realizado de acordo com percentual estabelecido em cada contrato, variando de 6% a 15% sobre o faturamento de bilheteria e bomboniere do cinema, tendo o valor mínimo de pagamento variando entre R\$ 10 a R\$ 135 mensais. Em virtude da impossibilidade de projeção dos faturamentos futuros, mensuramos os pagamentos mínimos futuros dos contratos de arrendamento.

Os pagamentos futuros totais mínimos de arrendamento são:

Empresa	% de pagamento - Médio	Consolidado	
		31.12.2018	31.12.2017
Redecine CWB Cinemat. Ltda.	11% a 15%	7.046	4.929
Redecine LEO Cinemat. Ltda.	10%	4.415	1.099
Redecine FLN Cinemat. Ltda.	8% a 15%	4.829	6.283
Redecine RIO Cinemat. S.A.	6% a 15%	32.132	-
Redecine CRT Cinemat. Ltda.	7% a 14%	2.150	446
Redecine Litoral Cinemat. Ltda.	7% a 12%	502	968
Redecine SLZ Cinemat. Ltda.	7% a 12%	697	1.229
Redecine Hortolândia Cinemat. Ltda.	7% a 11%	1.808	2.116
Redecine BRA Cinemat. S.A.	7% a 15%	59.917	41.899
		113.496	58.969

	Consolidado	
	31.12.2018	31.12.2017
Cinco anos	6.525	1.544
Dez anos	40.070	22.544
Onze anos	10.733	-
Doze anos	1.136	-
Quinze anos	54.992	34.881
	113.496	58.969

35 Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2018, o Grupo possuía apólice de seguro com global de indenização, junto a Chubb Seguros Brasil S.A. (predial) e Axa Seguros S.A. (cível).

	Consolidado
	31.12.2018
Coberturas	Limite global de indenização
Incêndio, raio e explosão	20.000
Danos elétricos	1.000
Tumultos e greves	100
Derrame de chuveiros automáticos	500
Perda ou pagamento de aluguel	396
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça	300
Equipamentos eletrônicos sem roubo	350
Roubo de valores no interior do estabelecimento	70
Responsabilidade civil estabelecimento comercial	500
Despesas fixas básicas	200
	23.416
	Consolidado
	31.12.2018
Cinema	Valor do mínimo de indenização por complexo
Maceió-AL	19.600
São Paulo-SP	19.500
Ananindeua-PA	17.000
Rio de Janeiro-RJ (Sulacap)	16.800
Rio de Janeiro-RJ (Américas)	15.400
Rio de Janeiro-RJ (Itaboraí)	12.600
Paulista-PE	12.600
Santarém-PA	11.200
Florianópolis-SC	9.800
Rio de Janeiro-RJ (Bangu)	8.400
Rio de Janeiro-RJ (Irajá)	8.400
Rio de Janeiro-RJ (Ilha)	8.400
Curitiba-PR	8.400
Praia Grande-SP	8.400
São Luis-MA	8.400
Londrina-PR	8.400
Vila Velha-ES	8.400
Arapiraca-AL	8.400
Rio de Janeiro-RJ (Recreio)	7.000
Curitiba-PR (Portão)	7.000
Curitiba-PR (Hauer)	7.000
São Leopoldo-RS	7.000
Imperatriz-MA	7.000

	<u>Consolidado</u>
	<u>31.12.2018</u>
Cinema	Valor do mínimo de indenização por complexo
Hortolândia-SP	7.000
Rio Grande-RS	5.600
Paranaguá-PR	2.800
Escritório Maringá-PR	<u>600</u>
	<u>261.100</u>

36 **Eventos subsequentes**

Em vias do processo de reestruturação societária que o Grupo está passando, visando a simplificação societária atual, em 31 de janeiro de 2019, as empresas: Redecine Litoral Cinematográfica Ltda e Bombocine Litoral Comércio de Alimentos Ltda, foram incorporadas por Redecine BRA Cinematográfica S.A..

* * *